



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de fevereiro de 2018, aprovada na sessão ordinária de 6 de abril de 2018. -----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 9 de abril de 2018. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



ATA N.º 4 – No dia 26 de fevereiro de 2018, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 45 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto;**
- 2 – **Atas:**
 - Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 23 de novembro de 2017
 - Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2017;
- 3 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 4 – **Regimento da Assembleia Municipal;**
- 5 – **Constituição do direito de superfície a favor da Freguesia de Rio Meão;**
- 6 – **Nomeação do Conselho Municipal de Educação 2018-2021;**
- 7 – **Comissão Municipal de Defesa da Floresta**
 - Designação de “até cinco representantes das freguesias do concelho”;
- 8 – **Relatório de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento).**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo.
Não esteve presente a Sra. Vereadora Cristina Manuela Cardoso Tenreiro.

O **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes, dando uma especial saudação ao Sr. Vereador António Topa Gomes, pela primeira vez presente numa sessão da Assembleia Municipal como vereador a tempo inteiro.



Após explicar o motivo do agendamento desta sessão para uma segunda-feira, que se prende com o ponto n.º 1 da Ordem do Dia, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 2 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias:-----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho.-----

Informou, de seguida, que os membros Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD) e Tiago Oliveira Amorim Carneiro (PS) solicitaram ser substituídos na presente sessão, por impossibilidade de estarem presentes na mesma.-----

Deu nota que, nos termos da lei, a deputada municipal Regina Silva é substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD, João Luís Almeida Cunha, que se encontrava presente para o efeito.-----

Em relação à substituição do membro Tiago Carneiro informou que o mesmo seria substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PS, Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio, que, contudo, não se encontrava presente, informando que comunicaria a substituição caso o mesmo chegasse no decorrer da sessão – *o que não se veio a verificar, pelo que não foi possível efetivar a substituição do membro Tiago Carneiro.*-----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 47 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro Pinho Leão; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António



114

Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Anacleto de Sousa Costa; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----

Pelo Partido Socialista (PS): -----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes Duarte; Daniel Tavares Gomes; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Moisés Salvador Coelho Ferreira e Salomé Almeida Ventura; --

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

Independente: Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: António André da Silva Topa (PSD), Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD); Juliana Canedo da Rocha (PSD) e Manuel Pereira dos Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe (PSD). -----

Faltaram à sessão, sem serem substituídos: Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS); Tiago Oliveira Amorim Carneiro (PS) e Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência



recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017 e a presente sessão:-----

- “E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a atualização dos dados desta Assembleia Municipal;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre a Via Estruturante Espargo/Paços de Brandão – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as propostas do Bloco de Esquerda de alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a reposição das telecomunicações nas áreas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que esta Assembleia, na sua sessão de 22 de dezembro de 2017, deliberou designar o cidadão Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva para substituir Carlos Manuel da Silva Fonseca naquela Comissão;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia dos documentos aprovados no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária realizada por este Órgão no dia 22 de dezembro de 2017, que a seguir se identificam: -----
 - “Voto de pesar e de total solidariedade” (no âmbito dos incêndios do passado dia 15 de outubro),-----
 - “Reconhecimento por serviços prestados” (aos Bombeiros do concelho de Santa Maria



- da Feira), -----
- Moção “Linha do Vale do Vouga”, -----
 - Recomendação “Castro de Romariz”, -----
 - Recomendação “Por uma melhoria das paragens de autocarro do Concelho”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo fotocópia de 2 documentos entregues à Mesa pelo membro Ângelo Santos (CDS-PP), no decorrer da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2017 – um relativo a uma reclamação da munícipe Sara Isabel Resende sobre a contaminação da água do poço da mesma eventualmente devido ao saneamento da rua, e um outro sobre as linhas orientadoras de Controlo de Plantas Infestantes em Espaços Públicos (documento este emitido pela QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza) –, bem como fotocópia de fatura da Indaqua Feira que o munícipe Francisco Ferreira deixou à Mesa, no seguimento da intervenção que fez no Período de Intervenção do Público da sessão em referência; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor do documento “Reconhecimento por serviços prestados”, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017, às seguintes entidades: -----
 - Presidente da Direção e Comandante dos Bombeiros Voluntários da Feira, Arrifana e Lourosa, -----
 - Presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, -----
 - Presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Linha do Vale do Vouga”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017, às seguintes entidades: -----
 - Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, -----
 - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, “Os Verdes” e ao deputado único do PAN; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor do “Voto de Pesar e de Total Solidariedade”, aprovado por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017, aos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Arganil, Carregal do Sal, Oliveira do Hospital, Penacova, Tábua, Tondela, Nelas, Oliveira de Frades, Vouzela,
-



- Sever do Vouga, Santa Comba Dão, Pampilhosa da Serra e Seia; -----
- Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 4 de dezembro de 2017; -----
 - E-mail do Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente numa “sessão de esclarecimentos sobre a descentralização de competências dos municípios para as juntas de freguesia”, que se realizou no dia 22 de janeiro de 2018; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção e a agradecer o ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor do “Voto de Pesar e de Total Solidariedade”, aprovado por este Órgão na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Sérgio Cirino, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, indicando o membro Henrique Portela Madureira como representante do Partido Socialista no Conselho Municipal da Juventude – e-mail que, por sua vez, foi reencaminhado, para os devidos efeitos, à Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal;-----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de dezembro de 2017;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar e a agradecer o ofício desta Assembleia, em que foi remetida a moção “Linha do Vale do Vouga”, aprovada por este Órgão na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017, e informando as iniciativas tidas por aquele grupo parlamentar relativamente à matéria em questão, entre as quais a apresentação do Projeto de Resolução n.º 776/XIII-2.ª -“Plano de Requalificação e Modernização da Linha do Vale do Vouga”, que foi aprovada pela Assembleia da República, dando origem à Resolução n.º 236/2017;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetida a moção “Linha do Vale do Vouga”, aprovada por este Órgão na sua sessão
-



ordinária de 22 de dezembro de 2017, e informando que o mesmo foi apresentado aos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Aveiro, a quem o assunto diz respeito mais diretamente; -----

- E-mail da Sra. Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo moção de apoio ao “Movimento pelo Interior – em nome da coesão”, aprovada por aquele Órgão na sua sessão de 18 de dezembro de 2017, convidando esta Assembleia Municipal a também aderir ao Movimento – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão Permanente para ser tratado em reunião da referida Comissão; -
- Convite do Grupo Recreativo e Beneficente “A Flor de Aldriz”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no espetáculo de Teatro realizado no dia 20 de janeiro de 2018;-----
- E-mail da AEDRL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, propondo a subscrição da “Revista das Assembleias Municipais”, daquela Associação – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão Permanente para ser tratado em reunião da referida Comissão; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção e a agradecer o ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor do “Voto de Pesar e de Total Solidariedade”, aprovado por este Órgão na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção e a agradecer o ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor do “Voto de Pesar e de Total Solidariedade”, aprovado por este Órgão na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;-----
- E-mail do Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que esta Assembleia efetue a designação de “até cinco representantes das Freguesias do Concelho”, que integrarão a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Resolução que pretende a “Reabertura do



- Serviço Básico de Urgências, no Hospital Nossa Senhora da Ajuda, em Espinho”, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar e agendado para discussão em plenário no dia 26 de janeiro de 2018;-----
- E-mail da Agência de Comunicação QUE CENA, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando agendamento de reunião para apresentação de projeto inovador de comunicação – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão Permanente para ser tratado em reunião da referida Comissão;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre “resposta a várias questões levantadas por munícipe na última sessão da Assembleia Municipal” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/01/2018;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre “falta de assistentes operacionais na escola EB1/JI do Cavaco potencia fenómenos de violência entre alunos” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/01/2018;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Escola EB1 e Jardim de Infância do Cavaco – Santa Maria da Feira” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 26/01/2018;-----
 - E-mail da Insertel – Consultoria em Tecnologias Marinhas, Lda., a esta Assembleia Municipal, apresentando projeto MOEBIOS, no âmbito do “tratamento ambiental, combate à emissão de GEE nas diversas atividades do Agronegócio, com reutilização e valorização dos recursos naturais além do retorno financeiro” – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão Permanente para ser tratado em reunião da referida Comissão;-----
 - E-mail de Tânia Pereira, à Assembleia Municipal, solicitando o preenchimento de questionário on-line no âmbito da conclusão do seu Mestrado em Gestão de Empresas –
-



1/4
6

- e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão Permanente para ser tratado em reunião da referida Comissão;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetida a moção “Linha do Vale do Vouga”, aprovada por este Órgão na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre “gastos com fornecimento de serviços de jardinagem, venda de flores e árvores” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 30/01/2018;-----
 - Ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de dezembro de 2017 e de 3 de janeiro de 2018; -
 - E-mail da Diretora do Departamento de Administração Geral da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, anexando ofício do Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto no qual é solicitada a convocação de uma reunião da Assembleia Municipal para este dia 26 de fevereiro de 2018, para que se possa dar cumprimento ao processo eleitoral previsto no artigo 74.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por força do disposto no n.º 4 do artigo 103.º da referida Lei, no âmbito do processo de eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, e demais documentação no âmbito do assunto; -----
 - E-mail de Cristina D’Eça Leal – Rede de Cidadania pela Abolição da Tauromaquia, à Assembleia Municipal, convidando o Município de Santa Maria da Feira a ser signatário do protocolo de adesão à Rede “Portugal Sem Touradas” – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão Permanente para ser tratado em reunião da referida Comissão; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção e a agradecer o ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor do “Voto de Pesar e de Total Solidariedade”, aprovado por este Órgão
-



- na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais desta Assembleia e ao membro independente, remetendo documento rececionado do Instituto Nacional de Estatística, relativo a um conjunto de informação estatística sobre o Município de Santa Maria da Feira; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 12 de fevereiro de 2018, para tratamento de assuntos diversos;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção e a agradecer o ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor do “Voto de Pesar e de Total Solidariedade”, aprovado por este Órgão na sua sessão ordinária de 22 de dezembro de 2017;-----
 - E-mail da Direção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, fazendo “apelo à solidariedade e participação na luta em defesa do Serviço Postal Público”;-----
 - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15 de janeiro de 2018; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo programa e ficha de inscrição para o 2.º Encontro Nacional das Assembleias Municipais, a realizar no dia 3 de março de 2018;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da
-



MA
6

Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre parque de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017;-----

- Convite do executivo da Junta da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estra presente na “Noite de Fados – Tributo a Amália Rodrigues”, a realizar no dia 10 de março de 2018;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 23 de fevereiro de 2018;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Rua do Olival – São João de Ver” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
- Ofício da Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, Relatório de Atividades e respetivos anexos daquela Comissão, referente ao ano de 2017; -
- E-mail do Sr. Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando um conjunto de documentos de suporte para o caso desta Assembleia pretender discutir a sua adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----
- E-mail, por despacho do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, da Câmara Municipal, reencaminhando, para conhecimento e devidos efeitos, e-mail da Insertel – Consultoria em Tecnologias Marinhas, Lda., em que apresenta projeto MOEBIOS, no âmbito do “tratamento ambiental, combate à emissão de GEE nas diversas atividades do Agronegócio, com reutilização e valorização dos recursos naturais além do retorno financeiro”;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Sérgio Cirino, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as propostas do Partido Socialista de alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal;-----



- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, agradecendo o envio por parte daquele Órgão da moção “Movimento pelo Interior – em nome da coesão” e informando que a mesma foi enviada a todos os grupos municipais com representação nesta Assembleia para que, caso o entendam, tomem alguma iniciativa sobre a matéria em questão;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à AEDRL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, agradecendo a proposta para que esta Assembleia subscreva a “Revista das Assembleias Municipais”, daquela Associação, e informando que o mesmo foi enviado a todos os grupos municipais com representação nesta Assembleia para que, caso o entendam, tomem alguma iniciativa sobre a matéria em questão; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Cristina D’Eça Leal – Rede de Cidadania pela Abolição da Tauromaquia, agradecendo o convite para que o Município de Santa Maria da Feira seja signatário do protocolo de adesão à Rede “Portugal Sem Touradas”, e informando que o mesmo foi enviado a todos os grupos municipais com representação nesta Assembleia para que, caso o entendam, tomem alguma iniciativa sobre a matéria em questão; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, reencaminhando pedido de Tânia Pereira para que, quem o entendesse, respondesse a um questionário on-line no âmbito de trabalho que a mesma está a realizar com vista à conclusão do seu Mestrado em Gestão de Empresas;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Resolução n.º 1342/XIII/3ª – Reversão da privatização dos CTT, apresentado pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia e agendado para discussão em Plenário da Assembleia da República no dia 22 de fevereiro de 2018;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este



- Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Agência de Comunicação QUE CENA, agendando a reunião pedida por aquela agência, para apresentação de projeto inovador de comunicação, para o próximo dia 5 de março; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convidando-os para uma reunião a realizar no próximo dia 5 de março, com a Agência de Comunicação QUE CENA, na qual esta vai fazer a apresentação de projeto inovador de comunicação; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Tiago Carneiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018, por motivos profissionais, solicitando ser substituído na referida sessão; -----
 - E-mail do munícipe Diogo Fontes, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018; -----
 - Exposição do munícipe Carlos Moisés da Silva Moreira – proprietário do estabelecimento comercial “Museu Vivo da Fogaça”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mostrando o seu descontentamento relativamente à localização do sistema de recolha de lixo, no gaveto das ruas Dr. Vitorino de Sá e Descobrimentos, em Santa Maria da Feira, uma vez que o mesmo transtorna o bom funcionamento e imagem do referido estabelecimento; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – José Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as propostas do Partido Social Democrata de alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal; -----
 - E-mail da Secretaria-Geral do PSD/Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que a deputada municipal Regina Silva não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de fevereiro de 2018, pelo que será



- substituída pelo cidadão que se segue na lista da mesma força partidária – João Cunha; ----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre “Lixeira a céu aberto em S. João de Ver” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de dez documentos para serem apreciados – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

De seguida, na sequência da chamada de atenção feita, a partir do seu lugar, pelo membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), de que os documentos do BE entraram tardiamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* esclareceu que tais documentos – 2 moções e 1 recomendação – deram entrada no prazo regimental, que é de 48 horas antes do início da sessão. Explicou que o que sucedeu é que, sendo esta sessão a uma segunda-feira, tal prazo terminou no decorrer do fim de semana, pelo que os serviços só puderam reenviar tais documentos aos membros da Assembleia na segunda-feira de manhã, portanto, já no próprio dia da sessão. Frisou ter sido isso que aconteceu e que queria deixar claro que os documentos do BE entraram no prazo regimental previsto, pelo que seriam discutidos junto com os demais. -----

Feito o esclarecimento, informou que duas das propostas da CDU, concretamente o Voto de Louvor ao Clube Desportivo Feirense e o Voto de Louvor e Recomendação ao Movimento Democrático de Mulher, foram transformadas, por proposta da Comissão Permanente, em propostas da própria Assembleia Municipal, subscritas por todos os grupos municipais, agradecendo a anuência da CDU para que tal acontecesse.-----

Os dois documentos em referência são do seguinte teor: -----

“Voto de Louvor – Clube Desportivo Feirense-----

O Clube Desportivo Feirense, comumente reconhecido por os “Azuis da Feira” celebra no próximo dia 18 de março o seu 100.º aniversário. Este clube tem, ao longo de décadas, envolvido milhares de feirenses na prática de diversas modalidades desportivas, sendo que



atualmente participa em mais de uma dezena de modalidades. -----

Além de representar o município há quase cem anos, o CDF tem um vasto palmarés, foi cenário de formação de muitos campeões e acima de tudo tem permitido que milhares de jovens tenham acesso à formação e ao desporto, assim como a todos os valores que este representa e contempla. -----

A sua história tem levado, por diversas vezes, o município a reconhecer os seus esforços, destacando-se, por exemplo, a atribuição de Mérito Desportivo no ano de 2016 por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Assume-se a chegada da marca histórica dos 100 anos como algo mais do que simbólico. Pois é representativa do esforço e empenho de milhares de sócios ao longo de 10 décadas, assim como dos seus incansáveis dirigentes, técnicos e atletas -----

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2018, atribui um Voto de Louvor ao Clube Desportivo Feirense pelo 100.º aniversário e pelos serviços prestados ao município e sua população.”-----

“Voto de Louvor e Recomendação – Movimento Democrático de Mulheres -----

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM), fundado em 1968, comemora os seus 50 anos de existência. É uma associação de mulheres, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, independente do Estado, de partidos políticos e de religiões, cujo objetivo central é a emancipação das mulheres, a promoção da paz e da dignidade humana, características fundamentais de uma sociedade de igualdade, democracia, justiça social e desenvolvimento. --

O MDM é um movimento de opinião e de intervenção, que valoriza o legado histórico dos movimentos de mulheres que lutaram contra a opressão e as desigualdades e defenderam os direitos das mulheres nas suas vertentes políticas, sociais, económicas e culturais. -----

No plano nacional, o MDM é membro do Conselho Consultivo da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), membro efetivo do Conselho Económico e Social (CES), e membro da RAPVT – Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico Humano. No plano internacional, o MDM é membro do Bureau Político da FDIM (Federação Democrática Internacional de Mulheres). -----

A defesa dos direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais, o combate a estereótipos e a todas as conceções retrógradas e conservadoras sobre o papel das mulheres na



sociedade, a valorização do trabalho, dos direitos sexuais e reprodutivos e de concretização da igualdade entre mulheres e homens, na lei e na vida, foram e são princípios estruturantes da atividade desenvolvida pelo Movimento ao longo destas 5 décadas de existência e constitui já património histórico, social e cultural das mulheres portuguesas. -----

Este movimento está fortemente representado no município de Santa Maria da Feira, não somente por integrar dezenas de feirenses, mas pela atividade que aqui tem realizado ao longo de décadas. -----

São objetivos do MDM:-----

- Unir as mulheres na defesa dos seus direitos e interesses como cidadãs, trabalhadoras e mães; -----

- Denunciar e lutar contra todas as formas de discriminação política, social e económica por razões de sexo, deficiência, etnia, religião, crença e orientação sexual; -----

- Lutar pelo direito ao trabalho, contra a discriminação salarial, pela criação de condições efetivas que permitam a realização de uma vida de qualidade; -----

- Denunciar e lutar contra todas as formas de violência que atingem as mulheres e ferem a sua dignidade, seja na família, seja no trabalho, seja na sociedade em geral;-----

- Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, pugnando também pelo reconhecimento, na prática, da função social da maternidade/paternidade;-----

- Estabelecer relações de amizade, solidariedade e cooperação com organizações femininas e feministas que, em todo o mundo, lutam pela defesa dos direitos das mulheres e pelo reconhecimento da sua dignidade, por um futuro de paz, justiça e felicidade para a humanidade. -----

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2018, atribui um Voto de Louvor ao Movimento Democrático de Mulheres e recomenda à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira que este movimento seja distinguido com a Medalha de Serviços Distintos.”-----

De seguida, relativamente aos restantes documentos, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que concederia a palavra aos proponentes dos mesmos para fazerem a respetiva apresentação e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre os documentos em discussão. -----



Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que apresentou uma moção e uma recomendação, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“*Moção – CTT*-----

Os CTT – Correios de Portugal, foi durante décadas uma Empresa Pública, que prestava um serviço de elevadíssimo interesse estratégico e de utilidade pública e que gerava lucros. Sendo também entidade empregadora de mais de 16.000 trabalhadores em todo o País. -----

A sua privatização, concretizada pelo Governo anterior, veio atingir aquilo que alguns de nós prevíamos, como seja a perda de receitas para o Estado Português em milhões de euros, que revertem agora a favor de interesses privados. -----

Por contrário, para o Povo e os Trabalhadores fica o encerramento de balcões e a venda de património, o anúncio de despedimento de cerca de 800 trabalhadores, e a arrogância com que a Administração dos CTT, com a conivência dos seus acionistas, continua impunemente a agir.-----

Assim, considerando que:-----

- Com a privatização dos CTT o Estado português perdeu milhões de euros em receitas dos lucros e impostos, os trabalhadores perderam direitos, rendimentos e, muitos outros o emprego, que as populações estão a perder serviços e veem agravados os preços, e o país a perder instrumentos importantes de intervenção e de soberania; -----
- O encerramento da estação dos CTT de Paços de Brandão é injustificável; -----
- Tudo aponta para que o único interesse da Administração dos CTT seja a criação de um banco que beneficia das condições únicas e dados privilegiados que os CTT dispunham. -----

Assim, por proposta da CDU, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibera: -----

1. Exigir do Governo o impedimento à destruição dos CTT, dando início a um processo de recuperação de controlo público desta empresa e dos seus serviços;-----
2. Exigir que os CTT mantenham em funcionamento todas as Estações do Concelho de Santa Maria da Feira; -----
3. Solidarizar-se no apoio às ações das populações e dos trabalhadores dos CTT contra o encerramento das estações dos correios.” -----

“*Recomendação – Linha do Vouga – Horário especial para eventos em St.ª M.ª da Feira* -----



O Município de Santa Maria da Feira é palco de eventos lúdico-culturais como o Perlim, Imaginarius e Viagem Medieval. Estes eventos, pelas suas características, atraem milhares de pessoas de várias localidades e nacionalidades, facto que origina tráfego intenso e dificuldade em se organizar estacionamento para todas as viaturas.-----

Para esta situação, contribui, também, a parca rede de transportes públicos que castra a possibilidade de muitos jovens e outros cidadãos (muitos deles munícipes) de se deslocarem e participarem nos referidos eventos por não possuírem viatura próprio ou condições de a conduzirem.-----

No entanto, o Município de Santa Maria da Feira é, em grande parte, atravessado pela Linha do Vale do Vouga que tem sido vítima do desinvestimento e desatualização de equipamento e serviço. Este, sendo um meio de transporte alternativo ao automóvel, com inúmeras estações no município e municípios vizinhos, sendo de relativo baixo custo e possuir tarifas sociais é um ativo por explorar na promoção de eventos mais inclusivos.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2018 recomenda à Câmara Municipal que:-----

1. Encete esforços junto da empresa Comboios de Portugal para que nos eventos lúdico-culturais que se realizam na cidade de Santa Maria da Feira, nomeadamente o Imaginarius e Viagem Medieval, sejam alargados os horários da Linha do Vale com vista à promoção deste meio de transporte, redução do número de viaturas na cidade e facilitação de deslocação aos cidadãos que não possuem meio próprio.-----

2. Que divulgue o alargamento de horários, caso se verifique, junto da comunicação social e munícipes.”-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que apresentou uma moção e uma proposta, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“*Moção – Qualidade do ar e níveis de ruído em Santa Maria da Feira*-----

A Comissão Europeia considerou que a qualidade do ar continua a ser uma preocupação com custos de saúde no valor de 4.000.000.000 de euros anuais. Considera também, a Comissão Europeia, que aplicação da diretiva do ruído ambiente está consideravelmente atrasada.-----

A qualidade do ar e ruído ambiente são aspetos fundamentais para o bem-estar humano.-----

Assim, somos levados a louvar a iniciativa da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que



no seu plano de Orçamento Municipal de 2018 na página 174, anunciou a monitorização da qualidade do ar e do ruído, na Feira. -----

Assim a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 26 de fevereiro de 2018 delibera: -----

- 1 - A divulgação dos resultados referentes à monitorização da qualidade do ar e do ruído ambiente em Santa Maria da Feira, passará a ser publicada nos órgãos de comunicação social.
- 2 - Que os resultados da monitorização da qualidade do ar e do ruído ambiente, incluam os valores diurnos e noturnos.” -----

“Proposta – Comissão de acompanhamento do tecido industrial de Santa Maria da Feira -----

Considerando que: -----

O concelho de Santa Maria da Feira possui uma capacidade de desenvolvimento industrial, de que são exemplo as recentes entradas de empresas na zona industrial. -----

O sector industrial, do calçado à saúde, do retalho às novas tecnologias, tem vindo a crescer no nosso concelho, sendo notório o seu impacto no desenvolvimento industrial e económico.--

Nesse sentido, importa que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da atividade do Município, acompanhe e monitorize as políticas, orientações estratégicas e programas para uma área em franca expansão salvaguardando, dessa forma, os interesses do Município, seja na captação de novos investimentos e criação de benefícios seja na criação de novos empregos.-----

Assim, o CDS-PP considera oportuno a constituição de uma Comissão de Acompanhamento que cumpra o papel fiscalizador do órgão deliberativo e que possa acompanhar, avaliar e propor medidas ao Município nesta área.-----

Neste sentido e conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 26.º conjugado com o n.º 1 do art. 53.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e em conformidade com o n.º 2 do art. 17.º e o n.º 1 do art. 47.º do Regimento, o CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira que delibere: -----

- 1 - A constituição de uma Comissão de Acompanhamento do Tecido Industrial, com o objetivo de acompanhar, monitorizar e fiscalizar a implementação de medidas para o desenvolvimento do tecido industrial do Concelho; -----
- 2 - A Comissão terá início na data de aprovação da presente proposta e término no final do -----



mandato;-----

3 - A Comissão deverá ser composta por um eleito de cada força política representada no órgão, cabendo ao PSD a indicação do Presidente da Comissão.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que apresentou duas moções e uma recomendação, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“*Moção – Por um serviço postal público e ao serviço da população* -----

Em 2013 os CTT encerraram mais de 100 estações de correios por todo o país. O Governo de então – do PSD e do CDS – estava a preparar a privatização deste serviço público e não olhava a meios para agradar aos privados. -----

Por isso, antes de vender a maior parte dos CTT em bolsa, garantiu-lhe uma licença bancária, a exclusividade da venda de certificados de aforro e o encerramento de vários balcões e estações. Tudo feito à medida dos interesses da Goldman Sachs e do Deutsche Bank (os maiores compradores da parte dos CTT que foi posta à venda) e tudo contra os interesses das populações que se manifestavam contra o encerramento de mais um serviço público nas suas terras.-----

Depois da privatização aconteceu o que se esperava que acontecesse: os grupos privados que ficaram à frente dos CTT puseram a mão ao dinheiro que este serviço gerava. Em vez de investir no serviço público, repartiram os lucros entre si e foram delapidando o serviço postal existente em Portugal. -----

Em 2013, os CTT deram 61 M€ de lucro e os acionistas privados distribuíram 60 M€ entre si; em 2014, ficaram com 70 dos 78 M€ de lucro; em 2015 apropriaram-se de 71 dos 72 M€ de lucro; em 2016 distribuíram entre si 74 M€ apesar de os CTT terem lucrado ‘apenas’ 62 M€.-- Não podem, por isso, vir agora dizer que precisam de reestruturar, de despedir e de encerrar balcões quando nos últimos anos os CTT têm gerado lucro. O problema é que esse lucro tem sido todo absorvido pelos acionistas privados. -----

Não se pode aceitar o encerramento de mais 22 balcões de correio em todo o país, voltando a reduzir a presença deste serviço público e abandonando populações que precisam destes balcões para diversas operações, como o envio de cartas, a receção de encomendas, o pagamento de portagens ou de outras contas, ou o levantamento dos vales referentes a reformas e outras prestações sociais, por exemplo. -----



Um dos balcões a encerrar é o de Paços de Brandão, concelho de Santa Maria da Feira, distrito de Aveiro. Esta freguesia tem cerca de 5.000 habitantes, 20% dos quais com idade superior a 65 anos. Acresce a isto o facto de ser uma freguesia mal servida de transportes públicos, o que torna as deslocações da população mais difícil. -----

Encerrar o balcão dos CTT de Paços de Brandão é fazer com que as pessoas desta freguesia tenham um acesso cada vez mais dificultado a serviços públicos que lhes são fundamentais no dia a dia. -----

Os CTT devem voltar imediatamente à gestão pública e deve impedir-se o encerramento de qualquer balcão, inclusivamente o de Paços de Brandão. A solução não passa por fazer algum do serviço postal em lojas ou estabelecimentos que não estão minimamente vocacionados para este serviço; a solução passa por manter e reforçar o serviço postal público. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de fevereiro de 2018, delibera:-----

1 - Manifestar a sua posição a favor da gestão pública dos CTT, revertendo a privatização que foi feita. -----

2 - Manifestar a sua oposição ao encerramento de qualquer balcão e de qualquer serviço prestado à população, em particular o encerramento previsto para a freguesia de Paços de Brandão.”-----

“Moção – Adesão do Município ao projeto Portugal sem Touradas-----

A tourada é um ato bárbaro e cruel, de extrema violência sobre o animal, provocando-lhe sofrimento inimaginável, ferimentos graves e posterior morte. A promoção do sofrimento animal como forma de entretenimento é inadmissível numa sociedade que se quer moderna e que queira pertencer ao séc. XXI. -----

Em junho de 2017, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira aprovou uma proposta para declarar o município livre de touradas. Foi um passo muito importante no combate a esta prática bárbara e degradante. -----

Acreditamos que é tempo de dar mais um passo neste caminho que é necessário percorrer, pelo que o município deve aderir ao projeto Portugal sem Touradas, uma rede que procura interligar autarquias, empresas, organizações, universidades e cidadãos em torno da abolição de espetáculos tauromáquicos em Portugal. -----



A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 26 de fevereiro de 2018 delibera: -----

A adesão do município de Santa Maria da Feira ao projeto Portugal sem Touradas.”-----

“Recomendação – Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município de Santa Maria da Feira-----

A precarização do trabalho tem sido uma marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços. Também nas autarquias foi assim. O artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização de Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O Relatório sobre esse Levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de junho de 2016, 12.738 trabalhadores enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1.048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico do programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, 5.772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4.532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2.149 no setor empresarial local. Com o referido Relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento. -----

Em dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da administração local reconheciam haver 15.758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade (46,6%) são desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número – indicado pelas câmaras, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e



entidades intermunicipais – representa 14% do total de trabalhadores do setor local.-----
O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é, mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade. -----

A Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia. -----

Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 26 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

1 - A divulgação, num prazo máximo de 3 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção Geral da Administração Local relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas; -----

2 - A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes na autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017; -----

3 - Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no n.º 5 do artigo 3.º daquele diploma: -----

a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo; -----

b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam



sinalizados por algum dos seus membros;-----

c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar; -----

4 - Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização.” -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Meio supletivo de acesso à rede de saneamento, limitador de discriminação-----

Na reunião de 26 de fevereiro da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal de 28 de dezembro de 2015 e de 22 de fevereiro de 2016, foi aprovado o Regulamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira. -----

Desse Regulamento constam as seguintes informações: -----

- A ligação aos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais é obrigatória, nos termos conjugados do artigo 4.º, n.º 3 e artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, sempre que os Serviços estejam disponíveis. (n.º 3 do art.º 6) -----

- Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que os Serviços se encontram disponíveis desde que os respetivos Sistemas estejam localizados a uma distância igual ou inferior a 20 (vinte) metros do limite da propriedade. (n.º 4 do art.º 6)-----

- Os proprietários que, depois de devidamente notificados, não cumpram as obrigações de ligação imposta no artigo anterior, incorrerão na contraordenação prevista e punida pelo artigo 76.º deste Regulamento. (art.º 7)-----

- Para os prédios cujos limites de propriedade se encontrem a mais de 20 metros da Rede Pública, a Entidade Gestora, com prévia aprovação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, fixará as condições em que poderá ser estabelecida a ligação, tendo em consideração os aspetos técnicos e financeiros. (n.º 1 do art.º 8) -----

- Compete à Entidade Gestora fixar, nos termos legais, nos termos do Contrato de Concessão e em conformidade com o disposto no artigo seguinte, as tarifas a pagar pelos Utilizadores



Ma
(Handwritten signature)

correspondentes ao abastecimento de água e à recolha de águas residuais. (n.º 1 do art.º 53)----

- Tarifas (fixa e variável) de acesso à rede de saneamento. (Anexo 1)-----
- Preço pelo Serviço de Limpeza de Fossas Séticas. (Anexo 2)-----

Para além da informação contemplada no Regulamento, importa realçar, por um lado, a impossibilidade legal dos munícipes se desvencilharem das águas residuais provenientes das suas habitações através do sistema de águas pluviais e, por outro, a dificuldade de utilizar outros meios ambientalmente responsáveis, tal como a existência de fossas com sistemas de infiltração legal e corretamente projetados. -----

Perante as óbvias dificuldades que se evidenciam para os cidadãos que estão impedidos de aceder ao sistema de saneamento, por motivos que lhes são alheios, e recordando as informações constantes do Regulamento dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira e considerando que: -----

- o acesso a uma rede de saneamento básico é um direito humano reconhecido pela ONU -----
- a CRP, no seu art.º 9, alínea d), refere que “São tarefas fundamentais do Estado promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” -----
- o contrato de concessão (versão consolidada, após o quarto aditamento), na cláusula 18, n.º 1, atribui à Indaqua Feira, SA o gozo do direito de requerer a expropriação por utilidade pública e a constituição de servidões -----
- o contrato de concessão (versão consolidada, após o quarto aditamento), na cláusula 49, n.º 1, refere ser da competência da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a conceção e construção de condutas elevatórias, estações elevatórias, emissários, reservatórios e outras intervenções pontuais, -----

A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2018, propõe que: -----

- 1 - A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em articulação com a Indaqua Feira, crie uma tarifa bonificada para aceder ao serviço de limpeza de fossas séticas, de tal modo que o consumidor/cidadão não fique prejudicado face a outros consumidores/cidadãos, por residir numa zona que, por motivos que lhe são alheios, não têm acesso à rede de saneamento -----
- 2 - Esta tarifa bonificada se mantenha em vigor, enquanto não forem criadas as condições



para o consumidor/cidadão poder aceder à rede de saneamento em condições de igualdade face aos restantes consumidores/cidadãos de Santa Maria da Feira. -----

Anexo 1 – Tarifas (fixa e variável) de acesso à rede de saneamento -----

Tarifa fixa de acesso ao saneamento	Usos domésticos	€4,9669
Tarifa variável de acesso ao saneamento (uso doméstico) (Euros/m ³)	1.º Escalão (0 a 5 m ³ /mês)	€0,2157
	2.º Escalão (6 a 10 m ³ /mês)	€0,6345
	3.º Escalão (11 a 25 m ³ /mês)	€0,9140
	4.º Escalão (superior a 25 m ³ /mês)	€1,1553

Anexo 2 - Preço pelo Serviço de Limpeza de Fossas Séticas -----

Utilizadores sem possibilidade de ligação à rede pública de saneamento	<5 m ³	€8,05
	5<m ³ <10	€6,03
	10<m ³ <15	€4,02
	15<m ³ <20	€3,52
	>20 m ³	€3,01

Estes valores sofrem um agravamento de 25% quando a execução do serviço é solicitada pelo Utilizador em horário não útil (i.e. em dias úteis, entre as 17h e as 8h e aos sábados, domingos ou feriados).” -----

De seguida, interveio o membro *José Leão* (PSD) para se pronunciar sobre os documentos em discussão, começando por se referir aos apresentados pelo Bloco de Esquerda. -----

Referiu, em relação à moção pela adesão do Município ao projeto Portugal sem Touradas, que o grupo municipal do PSD vota contra pela razão de que esta Assembleia Municipal já se havia pronunciado sobre a questão das touradas no território do Município. -----

Disse que o grupo municipal do PSD entende, e ele pessoalmente, que a Assembleia Municipal não tem que se intrometer em assuntos que são muitíssimo importantes em alguns municípios, realçando que a cultura de muitos desses municípios assenta exatamente nas touradas. Frisou que a Assembleia Municipal deve atuar sobre os assuntos que dizem respeito a Santa Maria da Feira e que não se pode intrometer no que lhe é alheio, designadamente intrometer-se com aquela que é a vontade das pessoas desses municípios. -----

Em relação à moção sobre os CTT disse que essa é uma questão absolutamente ideológica,



comentando que aquilo que o BE quer é que tudo o que é privado passe para o Estado, como se o Estado gerisse melhor. Salientou que no dia em que as notificações passarem a ser eletrónicas a grande receita dos CTT esvai-se, comentando que por cada carta que recebe por via postal recebe 100 e-mails, e que o resto é ideologia, acrescentando ser evidente que o grupo municipal do PSD não gosta que se feche, no Município, qualquer serviço prestado à população, pelo que fica desagrado que o balcão dos CTT encerre em Paços de Brandão e se faça substituir por outro serviço que minimiza esse encerramento. -----

Sobre a questão dos vínculos precários recomendou ao membro Moisés Ferreira que fale dessas questões na Assembleia da República porque, em Santa Maria da Feira, não há nada a discutir no âmbito dessa matéria uma vez que a Câmara Municipal cumpre a lei. Fez notar que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação do Bloco de Esquerda. -----

Em relação à moção apresentada pelo CDS-PP, respeitante à qualidade do ar e níveis de ruído em Santa Maria da Feira, começou por realçar que a mesma faz um grande elogio à Câmara por aquilo que tem feito nesta matéria. Quanto à questão da divulgação dos resultados da monitorização nos órgãos de comunicação social deu nota que, caso fosse para publicar no sítio da internet da Câmara Municipal, o grupo municipal do PSD votaria a favor porque era uma questão simples de fazer, sem custos, e a informação ficaria acessível a toda a gente, mas que como o proponente entendeu manter a divulgação nos órgãos de comunicação social, acarretando despesas, o grupo municipal do PSD vota contra.-----

Quanto à recomendação da CDU respeitante à Linha do Vouga disse considerar boa ideia tentar-se que a CP – Comboios de Portugal aceite horários mais amigos dos eventos realizados em Santa Maria da Feira. Referiu que, embora seja difícil que tal seja aceite, a Câmara tudo fará para que tal aconteça, dando nota do voto favorável do grupo municipal do PSD a essa recomendação.-----

Sobre a moção da CDU relativa aos CTT reafirmou ser uma questão ideológica e que o grupo municipal do PSD vota contra, questionando ao membro Filipe Moreira como é que ele queria que o PSD votasse, nesta Assembleia Municipal, favoravelmente a reversão da privatização dos CTT se, na Assembleia da República, nem o PS aceitou isso. Apelou ao membro Filipe Moreira que lute, na Assembleia da República, com os seus parceiros do PS para que a reversão aconteça, frisando que a CDU pode fazer isso porque é parceira do governo do PS.---

Sobre os votos de louvor ao Clube Desportivo Feirense e ao Movimento Democrático de



Handwritten signature and initials

Mulheres, e respetiva recomendação, salientou que, como o grupo municipal do PSD os subscreveu, naturalmente que os vota favoravelmente. -----

Em relação à recomendação do PS disse que a questão não pode ser colocada entre a Câmara e a Indaqua Feira, salientando que o município que precisa aceder ao serviço de limpeza de fossas sépticas tem a possibilidade de recorrer às várias ofertas que existem no mercado que prestam esse serviço, e que não precisa de estar a recorrer à Indaqua Feira que cobra, naturalmente, uma taxa mais cara do que a concorrência. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por comentar que já se estava a ver o novo rumo do PSD, de aproximação ao PS, uma vez que o membro José Leão aludiu ao PS para, nesta Assembleia Municipal, justificar uma votação do PSD. Frisou que, portanto, o grupo municipal do PSD, nesta Assembleia, já está na direção do seu líder, de aproximação ao PS. Salientou ser evidente que há um fator ideológico e que se o PSD privatizou os CTT não iria, obviamente, votar nesta Assembleia Municipal a favor da reversão da privatização dos CTT, apesar de já se ter verificado que essa privatização foi um erro para o País.-----

Relativamente à moção do CDS-PP para a divulgação dos resultados, de forma aberta, referentes à monitorização da qualidade do ar e níveis de ruído, disse que, naturalmente, votaria a favor. Salientou que uma das propostas da CDU, no último ato eleitoral, era a adesão do Município à comunidade de cidades inteligentes, as “smart cities”, frisando que nos dias de hoje, com a internet, é relativamente fácil tornar a informação aberta e livre e que isso é um fator de mobilização da democracia porque permite aos cidadãos terem mais meios para intervirem.-----

Quanto à proposta para a criação de uma comissão de acompanhamento do tecido industrial do Concelho referiu que a CDU concorda com a forma mas que tem algumas dúvidas quanto ao conteúdo da mesma, pelo que se iria abster.-----

Sobre a moção do BE pela adesão do Município ao projeto Portugal sem Touradas, fez notar que, pessoalmente, não é favorável às touradas, muito pelo contrário, mas que, estando em representação de um partido que tem uma história e uma cultura também especial, em todo o País, não pode votar algo que é contra os princípios de camaradas seus, de outras regiões do País, pelo que se iria abster por essa razão. -----

Relativamente à recomendação que fala sobre a precariedade e às moções relacionadas com



os CTT disse que, evidentemente, as votaria a favor.-----

Aludindo à recomendação apresentada pelo PS referiu considerar que o PSD fez uma interpretação errônea daquilo que consta da recomendação. Disse que, pelo que percebeu, aquilo que o PS diz é que quem tem acesso aos serviços da Indagua Feira, designadamente à rede de saneamento, paga muito menos do que aqueles que não têm acesso porque estes precisam recorrer a outros serviços privados, que não os da Indagua Feira, para realizar o serviço da limpeza das fossas, pagando muito mais por isso relativamente aos que têm acesso à rede de saneamento. -----

Concluindo disse ser sabido que a rede de saneamento básico ainda não chega a todo o Município, contrariamente àquilo que muitas vezes se faz crer, fazendo notar que iria votar favoravelmente essa recomendação por uma questão de igualdade entre todos os feirenses. ----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que, começando por aludir à recomendação apresentada pelo PS, referiu que o CDS-PP acompanha a mesma porque defende que todos os feirenses devem ser tratados de forma igual, quer habitem na freguesia de Vila Maior ou na freguesia sede do Concelho. -----

Em relação à moção da CDU sobre os CTT disse não a poder acompanhar por uma razão ideológica, fazendo notar que o CDS-PP defende os serviços dos CTT em todas as freguesias, independentemente de ser prestado por entidades privadas ou públicas, ressaltando que o importante é que seja prestado um serviço de qualidade. -----

Quanto aos documentos apresentados pelo BE disse que não iria tecer considerações sobre os mesmos em virtude de não terem sido disponibilizados a tempo de serem apreciados na reunião preparatória que o CDS-PP realizou, relativa a esta sessão da Assembleia, realçando que não iria tomar uma posição individual sobre tais documentos. -----

Concluindo referiu, sobre a moção que apresentou e em relação ao proferido pelo membro José Leão no que respeita à despesa da publicação, que considera que seria importante para o Concelho que os resultados do estudo que a Câmara mandou fazer sobre a qualidade do ar e níveis de ruído fossem publicados em todas as plataformas possíveis para, desse modo, mostrar qual a qualidade que Santa Maria da Feira tem a esse nível. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer, em relação à moção que



apresentou sobre os CTT, que efetivamente trata-se de uma questão ideológica, não porque o BE queira que tudo o que é privado seja público mas sim porque o PSD quer que tudo o que é público e dá lucro seja privatizado.-----

Disse ter sido isso que o membro José Leão veio dizer a esta Assembleia Municipal, comentando que mesmo após a demonstração de que a privatização prejudica a população e o Concelho, levando ao encerramento de estações e balcões no concelho de Santa Maria da Feira, mesmo assim o PSD vem fazer a defesa do privado e do lucro alheio do privado. Reafirmou que, portanto, é uma questão ideológica por parte do PSD, fazendo sobressair que o BE está do lado de quem defende o serviço público, defendendo a qualidade do serviço e defendendo a população, daí ter trazido essa moção à Assembleia Municipal.-----

No que respeita à questão das touradas disse custar-lhe a crer a posição que o PSD está a adotar nesta sessão, ainda mais quando o mesmo PSD já havia apoiado uma moção que declarou o Município livre de touradas. -----

Concluindo referiu que, perante uma questão tão importante como é a das touradas, o PSD recuou na sua posição, dizendo esperar que tal volte-face não tenha a ver com o facto da moção anterior ter sido aprovada imediatamente antes das eleições autárquicas e esta ser discutida depois dessas eleições.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dar nota que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente todos os documentos em questão mas que, contudo, não queria deixar de tecer alguns comentários sobre alguns deles. -----

Sobre a proposta do CDS-PP para a criação de uma comissão de acompanhamento do tecido industrial disse considerar importante que se crie a comissão porque entende que as zonas industriais precisam ser acompanhadas, realçando haver lotes que já estão, há imensos anos, vendidos e que ainda nada se construiu neles, muitas vezes impedindo outros empresários de investir. Referiu que se fala de exemplos em que foi vendido um lote a uma empresa por 50 mil euros, em que a empresa só detém esse lote e, depois, para não pedir autorização à Câmara, cede as quotas da empresa por 200 mil euros. Frisou que isso é especulação imobiliária, é deixar sair pela janela o que não dá para sair pela porta, sublinhando ser importante que haja tais comissões para que nelas se discutam os problemas e se encontrem as melhores soluções para o Concelho. -----



Em relação às moções sobre os CTT disse também não poder deixar de as acompanhar, ressaltando ter havido duas privatizações que foram de lesa-pátria, designadamente a privatização da ANA e a dos CTT. Disse que qualquer moção que defenda o serviço dos CTT como público terá, nesta Assembleia Municipal, o acompanhamento do PS uma vez que aquilo que interessa não são as questões ideológicas mas sim as pessoas, o bom serviço, acrescentando que o serviço bom tanto faz ser público como privado mas que, no caso em concreto dos CTT, está a ser prestado um mau serviço.-----

No respeitante à moção do BE propondo a adesão do Município ao projeto Portugal sem Touradas disse considerar que esta Assembleia Municipal, ao aprovar essa moção, estaria a dar seguimento à sua deliberação anterior em que declarou o município de Santa Maria da Feira livre de touradas, bem como a ser coerente com os seus princípios e a defender que esse princípio em concreto se alargue ao resto do País, mas que não estaria a interferir com os outros municípios porque esses mantêm a sua autonomia e podem decidir o que entenderem.--

Relativamente à recomendação do PS no âmbito do saneamento disse que, tal como a China é um país com dois sistemas, também Santa Maria da Feira tem dois sistemas porque quem tem rede de saneamento e de água à porta não pode ter fossa, a fossa não presta, nem pode ter poço, mas quando não se consegue fazer chegar a certos locais essas redes então as pessoas, aí, já podem ter fossa e já podem ter poço, e já não apanham multas por isso.-----

Realçou que as pessoas que têm fossa têm que pagar o mesmo preço pelo despejo das mesmas do que pagam os que têm a rede de saneamento à porta, e que caso não se queira aplicar o mesmo preço a todos então que se faça chegar a rede de saneamento a todas as casas, ficando as pessoas com a obrigação legal de efetivarem a ligação à rede para beneficiarem do preço mais baixo.-----

Concluindo a sua intervenção disse não se poder ter feirenses a pagar 8 euros por metro cúbico, ou qualquer outro preço que custe o serviço de limpeza das fossas, e outros a pagar um preço mais baixo porque têm a rede de saneamento à porta, realçando que se a Câmara não fez chegar a rede a determinados locais do Concelho, então que faça chegar.-----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* questionou ao Sr. Presidente da Câmara se queria usar da palavra em relação a algum dos documentos em apreço, tendo o mesmo prescindido de o fazer.-----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Voto de Louvor – “Clube Desportivo Feirense”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD:30, PS:12, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de Louvor e Recomendação – “Movimento Democrático de Mulheres”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD:30, PS:12, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar o voto de louvor e recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Meio supletivo de acesso à rede de saneamento, limitador de discriminação”, apresentada pelo membro Daniel Gomes (PS)*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:12, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1) e 30 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Por um serviço postal público e ao serviço da população”, apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE)*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:12, BE:2, CDU:1, IND.:1, PSD:2 – Maria José Santos e Firmino Costa), 28 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Adesão do município ao projeto Portugal sem Touradas”, apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE)*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos a favor (PS:9, BE:2), 31 votos contra (PSD:30, PS:1 – Rui Alves Rios) e 5 abstenções (CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1, PS:2 – Manuel Almeida e Francisco Andrade), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



Entrou o membro Manuel Pereira dos Santos. -----

- *Recomendação "Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município de Santa Maria da Feira", apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE):* ----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS:12, BE:2, CDU:1, IND.:1), 31 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção "Qualidade do ar e níveis de ruído em Santa Maria da Feira", apresentada pelo membro Ângelo Santos (CDS-PP):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:12, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1) e 31 votos contra (PSD), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Proposta "Comissão de acompanhamento do tecido industrial de Santa Maria da Feira", apresentada pelo membro Ângelo Santos (CDS-PP):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 votos a favor (PS:9, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), 31 votos contra (PSD) e 5 abstenções (BE:2, PS:3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), rejeitar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção "CTT", apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:12, BE:2, CDU:1, IND.:1, PSD:2 – Maria José Santos e Firmino Costa), 29 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação "Linha do Vouga – Horário especial para eventos em St.ª M.ª da Feira", apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD:31, PS:12, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se



encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *José Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Queria que constasse em ata que sobre a moção do CDS-PP sobre a qualidade do ar, sobre a publicação, se fosse no site da Câmara votaríamos favoravelmente, aliás, como informei antes do início dos trabalhos. Como tornou obrigatória a publicação nos órgãos de comunicação social, foi a razão por que votamos contra.” -----

O membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) deixou à Mesa declaração de voto por escrito, subscrita pelo próprio, do seguinte teor: -----

“O CDS, na pessoa do seu eleito Ângelo Santos, abstêm-se na moção apresentada pela CDU referente aos CTT. -----

Existem na moção propostas que têm o apoio do CDS e outras que não concordamos: -----

- O CDS concorda com manter abertas todas as estações de CTT no concelho de Santa Maria da Feira. -----

- O CDS solidariza-se com a luta das populações e trabalhadores dos CTT. -----

- O CDS defende um serviço de Correios de qualidade e ao serviço das populações, não importando se é público ou privado.” -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro *Filipe Moreira*. -----

Entraram os membros Carlos Seixas e António Topa. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, na semana anterior, a Câmara Municipal emitiu uma nota a vangloriar-se pela criação de 1.000 postos de trabalho no Município, tendo elencado algumas empresas que criaram postos de trabalho e até outras que ainda não se deslocalizaram para Santa Maria da Feira. Sobre essas empresas, as que se prevê se venham a deslocalizar para Santa Maria da Feira, salientou que, a confirmar-se,



também não se sabe se irão criar postos de trabalho ou se irão trazer, para Santa Maria da Feira, os postos de trabalho que têm noutra município. -----

Disse que, para além da estranheza de um número tão redondo, porque podiam ser 999 ou 1.001, o que interessa é que a Câmara Municipal não explicou bem quais os contributos efetivos que deu para a criação de tais postos de trabalho bem como quantos postos de trabalho é que foram efetivamente criados, nessas empresas, à custa da Câmara Municipal. ---

Salientou de seguida que, embora sabendo que os rumores pouco interessam para a política, consta o rumor de que, por quezílias dentro do PSD, há uma empresa norte-americana que vinha para Santa Maria da Feira, tendo até o Sr. Primeiro-Ministro vindo ao Município assinar o respetivo contrato, mas que talvez vá para o concelho de Ovar, frisando que essa é uma das empresas mencionadas pela Câmara Municipal na nota de imprensa. -----

Referiu que outra questão que queria colocar prende-se com o gás, salientando ser sabido que o gás natural é muito mais barato do que o gás de botija e que também é do conhecimento geral que o gás natural tem, no Município, pouca expressão e pouca cobertura, apesar de se tratar de um serviço concessionado. Realçou que o gás natural é muito vantajoso para as famílias, porque é mais seguro e porque lhes é economicamente muito mais rentável, questionando à Câmara quantos metros de rede de gás natural é que foram criados no Município, por exemplo, no último ano.-----

Disse também ter chegado ao conhecimento da CDU uma coisa que vem sendo repetida, que é a Indaqua Feira cobrar serviços que não presta, dando nota que teve conhecimento de casos ocorridos, por exemplo, em Rio Meão e em Sanguedo, em que as famílias continuam a receber as contas da Indaqua para pagar água e saneamento quando não têm sequer ligação aos serviços, até porque não há ramais nas suas ruas. -----

Concluindo a sua intervenção referiu haver o caso de um cidadão que tem já uma dívida acumulada de 1.000 euros e que foi intimado pela Indaqua Feira para a pagar, apesar do mesmo não estar a usar o serviço, nem nunca o ter usado, porque não tem ligação à rede.-----

Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Duarte** (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Certamente a Presidência da Câmara terá estado presente na Escola EB 2/3 Fernando Pessoa nesta cidade, no dia da sua inauguração. Num dia em que tudo parece operacional e se celebra



a inovação e o crescimento. -----

Agora, a pergunta é: terá regressado a este local?-----

Ainda que assim tenha sucedido, vimos por este meio convidar o Sr. Presidente da Câmara a fazer uma pequena viagem. Uma viagem que tem início às 8h20m da manhã pela Alameda Fernando Pessoa no sentido poente-nascente, em dia de aulas, claro. E, garanto-lhe que, apesar de pouco mais de 300m, será uma verdadeira viagem pois nenhum cidadão o fará em menos de 10/15 minutos.-----

E é este o problema com que se deparam centenas de feirenses logo pela manhã ao deixarem os seus educandos na Escola Fernando Pessoa, mesmo tendo saído de casa a tempo e horas de iniciarem os seus afazeres diários.-----

Pergunta: mas problema porquê? -----

Problema, pela existência de uma rotunda que, claramente, interrompe a livre circulação do trânsito em ambos os sentidos. Uma rotunda que é uma verdadeira pedra no sapato de uma via que se pretende seja uma Alameda. Onde todos querem chegar seja de que forma for e não há civismo nem qualquer força da autoridade que consiga organizar tamanho emaranhado de trânsito numa hora em que ninguém pode chegar atrasado. -----

Repare-se que a configuração desta Alameda permitiria que tal sucedesse sem qualquer problema, se aí não existisse a referida rotunda. -----

Mas só ao Município compete resolver esta situação nos termos da legislação vigente. Não esqueçamos que a rede viária é uma área fundamental na gestão de uma Autarquia pois afeta o dia a dia dos munícipes e, em função da política adotada, é essencial que o planeamento de novas vias ou a intervenção nas existentes seja coerente e eficaz.-----

Assim, recomenda-se que o executivo municipal encete todos os esforços para a resolução deste problema.”-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, no final do verão passado, a zona envolvente do Castro de Romariz foi vítima de um atentado ambiental em larga escala, tendo sido ali depositados dezenas de bidões lacrados, com produtos desconhecidos. Referiu que, na última sessão da Assembleia Municipal, constatou, pela voz do Sr. Presidente da Câmara, que as entidades que gerem este problema no Concelho, quer o SEPNA, quer a GNR quer a Câmara Municipal, foram informadas desde a primeira hora do



acontecido, que tomaram diligências tentando averiguar o que se passava mas que o certo é que, passados seis meses, os bidões continuam por ser retirados. -----

Deu nota que foi visitar o local, junto com mais pessoas do CDS-PP, e verificou que muitos dos bidões foram rebentados, levando a que os produtos que continham tivessem provocado graves danos na flora e na fauna daqueles terrenos. -----

Referiu que, na última campanha eleitoral, o Sr. Emídio Sousa fez um vídeo onde referia que uma das suas prioridades era o Ambiente, questionando se se vai continuar a ter uma Câmara Municipal cheia de boas intenções, se se vai ter uma Câmara ativa ou uma Câmara reativa. ----

Salientou ser desejo do CDS-PP que tais situações não se repitam no Concelho e que, caso aconteçam, sejam tratados com a máxima urgência, comentando que no caso verificado no Castro de Romariz não se sabe o que está a contaminar aqueles solos e as linhas de água, bem como quais os danos que estão a provocar às populações que vivem naquela zona.-----

Concluindo frisou que, em Santa Maria da Feira, é preciso, de uma vez por todas, agir. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, numa recente reunião da Câmara Municipal, o Sr. vereador José Manuel Oliveira propôs a venda de um terreno na Zona Industrial de Arrifana, a uma empresa, por 15 €/m². Referiu que, pelo que foi tornado público através dessa reunião, essa venda foi feita de forma direta, sem recurso a hasta pública, salientando não se compreender muito bem como é que se chegou ao valor de 15 €/m² quando, na própria discussão tida nessa reunião, se dizia que o terreno valerá mais do que isso. -----

Disse querer dar nota da sua perplexidade por uma Câmara do PSD renunciar à lógica do mercado, comentando que julgava que o PSD acreditasse mais na ideia do mercado, da formação dos preços ser feita no mercado, pelo que questionava o porquê da Câmara ter renunciado à lógica de mercado e ter decidido fazer uma negociação direta.-----

Questionou, também, como é que se chegou à avaliação de 15 €/m² e se esse valor está em linha de conta com os terrenos daquela zona, perguntando ainda a que empresa foi vendido o terreno e se os lotes em causa são os localizados na Rua 1.º de Maio que, anteriormente, já tinham sofrido alguma infraestruturização.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse querer fazer duas questões à Câmara



Municipal, e que a primeira se prendia com o protocolo que o Município vai celebrar com a Autoridade Tributária relativo à cobrança da taxa de resíduos sólidos urbanos. Sobre isso, questionou como é que a Câmara vai coordenar as execuções fiscais relativamente àqueles municípios que são clientes da Indaqua Feira desde 2015, pagando a taxa de resíduos na fatura da concessionária, mas que, em 2017, continuaram a receber faturas da Câmara para pagar a mesma taxa.-----

Referiu que a segunda questão prende-se com a notícia da criação da nova marca dos ginásios e piscinas municipais, ressaltando que na nova marca desaparece a referência de que se trata de um serviço da Câmara Municipal. Frisou que, no entendimento do Partido Socialista, é fundamental que na imagem, seja antiga ou nova, apareça o nome da Câmara Municipal como prestadora do serviço, caso contrário parece tratar-se de mais um ginásio no município de Santa Maria da Feira.-----

Concluindo questionou, a esse respeito, se a Câmara pretende privatizar os ginásios e as piscinas municipais seguindo, nessa matéria, a senda do governo de Paços Coelho.-----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que, após se ter falado da qualidade do ar e da poluição sonora, queria falar da poluição visual. Referiu que os partidos políticos, nas últimas eleições autárquicas, afixaram propaganda por todo o Concelho e que não foram muitos os que corrigiram o problema após as eleições, ressaltando que já passaram muitos meses e que tal propaganda persiste, sendo uma agressão visual a quem passa por determinados locais.-----

Apelou ao Sr. Presidente da Câmara para que intervenha no sentido de tal lixo ser removido, até porque já não serve para nada, fazendo o mesmo apelo aos representantes dos partidos que estão nesta Assembleia Municipal, frisando que se os partidos políticos fizerem, antes da Câmara, esse trabalho, estarão a prestar um belo serviço.-----

Disse ser fácil vir à Assembleia apontar o que está mal, ressaltando que sempre que há um acidente, um incêndio ou outra situação qualquer, é preciso questionar se havia hipótese de evitar que tal acontecesse, frisando que tais situações são de lamentar mas que não se pode culpar a Câmara por tudo o que se passa.-----

Referiu, em relação à situação dos bidões depositados no Castro de Romariz, que a Câmara não tem culpa que alguém fosse ali depositá-los, comentando que, agora, a única coisa que a



Câmara pode fazer é, junto das entidades competentes, ver qual a solução que se pode dar, uma vez que nem sequer tem legitimidade para chegar ao local e retirar o que quer que seja. ---

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos devidos. Começou por aludir à questão colocada pelo membro Filipe Moreira sobre a criação dos 1.000 postos de trabalho no Concelho para dizer que considera que a notícia peca por escassa, salientando que no início de 2013 havia, no Concelho, cerca de 10.600 desempregados e que atualmente o número está, pelo que julga, na casa dos 6.000, pelo que são muito mais do que 1.000 os postos de trabalho que foram criados.-----

Fez notar que o sucesso do trabalho da Câmara é muito assente na iniciativa dos empresários e na qualidade dos trabalhadores do Concelho, que é muito assente na qualidade dos produtos e na procura do mercado global, e que é muito assente numa ligação e numa parceria que a Câmara vai tendo com as empresas concelhias.-----

Disse que nos últimos 4 ou 5 anos a Câmara conseguiu, não por decreto-lei ou porque tenha apontado uma pistola a alguém, mas sim através da persuasão, convencer os empresários do Concelho que com a qualidade do seu produto e com a qualidade dos seus trabalhadores era possível serem competitivos no mercado global, e que isso levou a que muitos tenham ido à luta e provocado, a esse nível, um grande dinamismo no Concelho. A esse propósito referiu estar publicado na edição de hoje do Jornal N que, entre 2013 e 2016, o volume de negócios das empresas do Concelho aumentaram cerca de 250 milhões de euros, fazendo notar que não é ele quem o diz mas sim os dados do Instituto Nacional de Estatística.-----

Salientou ser esse o trabalho que a Câmara tem feito, comentando que quem quiser pode questionar os empresários do Concelho para ficarem a perceber como é que se chegou à criação de milhares de postos de trabalho em Santa Maria da Feira, reafirmando que foram muitos os empresários que se envolveram no desafio de procurar novos mercados e de fazer chegar a todo o lado a excelência dos produtos feitos no Concelho.-----

Sobre o adiamento do investimento a fazer pela empresa norte-americana Amy's Kitchen referiu que aquilo que sabe é que a mesma tem um contrato firmado com o Estado Português e que tem um financiamento aprovado de 11 milhões de euros. Disse ter falado, no final de 2017, com responsáveis daquela empresa e que estes lhe garantiram que retomariam o processo em 2018, tendo-lhe sido dito que a principal razão para o atraso foi que tinham a



produção destinada para o Reino Unido e que, com a saída deste da União Europeia, tiveram que redirecionar o negócio, e que estavam agora a apontar para o mercado alemão e francês. Reafirmou esperar que a Amy's Kitchen concretize o investimento em Santa Maria da Feira porque o mesmo é de tal forma importante que, para além de beneficiar o Município, mudará muito a agricultura nacional e o próprio País dada a muito significativa estimativa de produção daquela empresa. -----

Relativamente à questão do gás natural disse ser um serviço que está concessionado, que existem obrigações no sentido de fazer chegar o serviço às pessoas, comentando que tais empresas apostam, normalmente, nos aglomerados com maior número de pessoas e, consequentemente, com um maior número de potenciais clientes. Ressaltou que tem sido feito algum investimento no território de Santa Maria da Feira mas que esse é um assunto que não está nas mãos da Câmara Municipal e que esta nada pode exigir a esse respeito. -----

Sobre a questão da Indaqua Feira estar a cobrar serviços que não presta disse considerar que qualquer pessoa a quem isso aconteça deve reclamar e que não deve pagar, mas que não conseguia dar explicações caso a caso. -----

Em relação à questão sobre o maior fluxo de trânsito na hora de levar e buscar as crianças às escolas, colocada pela deputada municipal Lúcia Duarte, disse que esse é um problema que acontece em todas as escolas, informando, quanto à rotunda existente junto à Escola EB 2,3 Fernando Pessoa, que essa rotunda foi feita a pensar no futuro e que tem a ver com o alinhamento daquela rua com a futura circunvalação à cidade. -----

Quanto à questão colocada pelo membro Ângelo Santos respeitante aos bidões depositados no Castro de Romariz deu nota que, segundo a informação que tem, quando se foi ao local para retirar os bidões os mesmos haviam sido mudados de sítio, e que tal já aconteceu por duas ocasiões. Referiu que, entretanto, os bidões já foram detetados, ressaltando tratar-se de material que tem que ser recolhido por uma empresa da especialidade e que tal trabalho realizar-se-á nos próximos dias. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Moisés Ferreira relacionada com a venda de um terreno na Zona Industrial de Arrifana, ao preço de 15 €/m², informou que foi, efetivamente, vendida uma parcela sobrança à empresa Sóvras – Componentes para Calçado, Lda., dando nota que se trata de um terreno com muito desnível e que tal implica grandes custos para o nivelar. Referiu que um terreno a 5 ou 10 €/m² pode ser caro e que um terreno a 50 €/m² pode



ser barato, dependendo das condições do terreno, acrescentando que, no caso em concreto, o preço de 15 €/m² foi estipulado por um perito avaliador. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino, de como é que a Câmara iria coordenar as situações em que terá existido uma duplicação de faturas a cobrar a taxa de resíduos sólidos, referiu que caso haja alguma situação dessas o munícipe deve fazer uma reclamação para que se corrija o problema. -----

Sobre o lançamento da marca das piscinas municipais, a HMC Sports Piscinas e Ginásios Municipais, disse ser uma ação de marketing e de gestão para assegurar a viabilidade desses equipamentos, salientando ter-se entendido que a criação da marca é importante para a sustentabilidade dos mesmos e para se continuar a cativar clientes. -----

Quanto à questão colocada pelo membro José Leão sobre a poluição visual, ao material das campanhas eleitorais que está espalhado pelo território, disse ser verdade que isso se verifica e que gostaria que os partidos estivessem dispostos a fazer a remoção desse material porque seria um bom sinal para a qualidade de vida no meio urbano do Concelho. Referiu que muitos desses outdoors estão abandonados, que estão a enferrujar e que podem vir a apresentar algum risco de queda sobre as pessoas, ressaltando que, da sua parte, iria falar com o seu partido para que seja retirado todo o material de campanha, acrescentando que se os partidos autorizarem pediria aos serviços municipais para retirar todo esse material que, de facto, deixou de fazer sentido. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto
O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do pedido remetido à Mesa pelo Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.377, em 31 de janeiro de 2018, documento esse distribuído, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Fez sobressair que a votação está reservada apenas aos membros eleitos da Assembleia Municipal, e deve ser feita por escrutínio secreto, sob pena de nulidade, nos termos do artigo 74.º, números 4, 5 e 6 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 17 votos a favor e 12 votos em branco, aprovar o candidato – Luís Miguel Marques Neves – a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto. -----

2 – Atas:-----

- Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 23 de novembro de 2017-----

- Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2017-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não poderiam participar na votação das respetivas atas. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das atas, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-as, separadamente, a votação.-----

- Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 23 de novembro de 2017:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Rosa Silva e António Topa. -----

- Ata N.º 3 – Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2017:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Aldina Cabral, Jorge Ferreira, Henrique Portela, Armando Teixeira e Rui Alves Rios.-----

Entrou a deputada municipal Juliana Rocha. -----

3 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara – registado na Divisão de Administração



Geral sob o n.º 1.897, em 20 de fevereiro de 2018 – que se faz acompanhar pelo I Relatório de 2018 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Justino Pinto* (PS) que começou por dizer que, no documento, consta os dados financeiros relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017, bem como os do mês de janeiro de 2018, comentando que, fazendo-se a simples extrapolação de multiplicar os valores do mês de janeiro por 12, verifica-se que, no final de 2018, ficar-se-ia com um índice de atividade bastante aquém da média dos anos anteriores, questionando se isso é normal e se existe, de facto, um grau de sazonalidade tão elevado. -----

Referiu que, no que diz respeito à análise da receita, em janeiro de 2018 foram cobrados cerca de 3 milhões de euros quando, nos anos anteriores, a receita cobrada rondou os 80 milhões de euros. -----

Sobre a despesa paga disse verificar-se a mesma situação, comentando que a despesa nos anos anteriores situou-se, em média, na ordem dos 55 milhões de euros e que, em janeiro de 2018, a despesa paga foi de cerca de 1,8 milhões de euros, e que quanto aos investimentos por grupos de classificação económica constata-se situação similar. -----

Em relação à evolução sobre a listagem de obras e fornecimentos adjudicados disse também se notar uma quebra significativa do volume de adjudicações no mês de janeiro comparado com a média dos anos anteriores. -----

Concluindo disse que lhe apraz registar que o Município tem uma margem bastante confortável de capacidade de endividamento, e que também considera justo destacar o prazo médio de pagamentos da Câmara, comentando que esse prazo já foi de 3 anos e que, agora, encontra-se abaixo dos 90 dias. -----

Tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos, este referiu que não tinha esclarecimentos a prestar, salientando que o membro *Justino Pinto* havia feito constatações, que havia feito uma análise dos factos. -----



Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado, sobre a presente matéria, não ser exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

Saiu o membro Armando Teixeira.-----

4 – Regimento da Assembleia Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* introduziu o assunto em epígrafe, começando por referir que todos os grupos municipais apresentaram propostas de alteração ao regimento em vigor e que foi elaborado um guião que faz a compilação das alterações propostas – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos. Disse que, em reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, ficou acordado uma orientação de trabalho relativamente ao ponto em questão, designadamente que cada grupo municipal faria uma intervenção contínua de 5 minutos e que, de seguida, se procederia à votação, na globalidade, das diferentes propostas apresentadas. Deu ainda nota que também ficou acordado que se começaria pela votação da proposta global apresentada pelo grupo municipal do PSD, comentando que a Assembleia iria perceber o porquê disso no decorrer da discussão do assunto.-----

De seguida agradeceu a colaboração que foi dada, neste processo, pela Dr.ª Cristina Rodrigues, jurista da Câmara, e que queria dar nota, precisamente no seguimento de um alerta que esta lhe fez, de uma imprecisão que consta da proposta do PSD relativamente ao artigo 16.º do regimento, referente à convocatória das sessões. Disse que, na proposta do PSD, onde diz que os membros da assembleia são convocados para as sessões “por edital, por carta com aviso de receção ou por correio eletrónico, ou através de protocolo”, deve ler-se “por edital e por carta com aviso de receção ou por protocolo e ainda por correio eletrónico”, para estar de acordo com o que está escrito no artigo 27.º do anexo I da Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais – Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Após solicitar à Assembleia que levasse em consideração a correção que referiu, passou a palavra ao membro Filipe Moreira.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, no mandato anterior,



foi aprovado o regimento em vigor que incorporou propostas de diferentes partidos, salientando que o regimento foi melhorado em alguns aspetos e que, com o cumprimento do mesmo, também se notou um melhoramento do processo dos trabalhos das sessões. Referiu que a própria Comissão Permanente começou, no mandato anterior, a reunir com alguma frequência e que tal continua a verificar-se no presente mandato, e que nessas reuniões resultam discussões, no seu entender, bastante proficuas. -----

Salientou contudo que, na perspetiva da CDU, era necessário ir mais longe e que esta era uma oportunidade de criar um regimento que tentasse, pelo menos, aproximar as pessoas da Assembleia Municipal, realçando ser sabido que, nos dias de hoje, há uma crise de ligação da população aos partidos e até aos órgãos autárquicos, principalmente à Assembleia Municipal, comentando que se se fosse esmiuçar o público que assiste às sessões verificar-se-ia que grande parte das pessoas pertencem aos próprios partidos ou até à Câmara Municipal. -----

Referiu que, nessa medida, uma das propostas da CDU, que disse julgar ser transversal a toda a oposição, é que as sessões da Assembleia Municipal passem a ser transmitidas em direto, via internet, comentando que com a tecnologia atual não é dispendioso até porque o auditório da Biblioteca Municipal, onde decorre a grande maioria das sessões, tem acesso à internet. ----

Fez notar que outra proposta da CDU é a disponibilização de um e-mail oficial da Assembleia Municipal às diferentes forças partidárias, bem como a cedência de um espaço onde se possa receber os cidadãos, para os cidadãos se poderem dirigir de uma forma mais direta aos elementos da Assembleia Municipal e, desse modo, não terem de ser recebidos, por exemplo, em cafés.-----

Disse que outra proposta da CDU é que a participação do público deve acontecer antes do Período de Antes da Ordem do Dia, mas que o PSD tem feito finca-pé ao não aceitar tal proposta, comentando julgar que o PSD o faz por uma perspetiva ideológica tendo em conta a justificação que tem dado, ao longo dos anos, sobre esse aspeto. Referiu ser recorrente que as sessões da Assembleia Municipal se prolonguem para lá da meia-noite e que é bastante penoso para um cidadão que queira intervir para fazer uma pergunta que, geralmente, é bastante concreta e que tem a ver com o seu dia a dia, ter que esperar 4 horas para a colocar e, depois, muitas das vezes, não a ver respondida na hora, sendo-lhe a resposta enviada num momento posterior por e-mail ou por correio. -----

Deu nota que, portanto, não iria votar favoravelmente a proposta global de alteração ao



regimento apresentada pelo grupo municipal do PSD uma vez que a mesma não vai ao encontro daquilo que são as propostas apresentadas pela CDU, que já haviam sido defendidas em ato eleitoral perante os feirenses. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira reforçou ser verdade que houve avanços, nos últimos 4 anos, mas que entende que havia, neste momento, a oportunidade de ir mais longe e de promover uma cidadania mais ativa por parte dos cidadãos junto desta Assembleia Municipal, comentando que se este órgão não é o mais importante é aquele que é o mais representativo da população e dos feirenses. -----

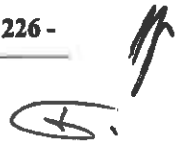
Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que os contributos dados pelo CDS-PP para a revisão do regimento têm como principal intenção tornar a Assembleia Municipal mais atrativa para os cidadãos feirenses, para que estes participem nela. -----

Informou que uma das propostas é que as sessões da Assembleia Municipal se realizem ao sábado à tarde, comentando ser mais fácil para os cidadãos participarem numa sessão realizada ao sábado à tarde, entre as 14 e as 18 horas, por exemplo, do que num dia da semana em que a sessão começa às 20h30 e pode ir até às 2 ou 3 horas da manhã, como muitas vezes acontece. -----

Fez notar que outra proposta prende-se com os grupos municipais poderem ter um assessor, não remunerado, para acompanhar e dar apoio aos eleitos desses partidos no decorrer das sessões, dizendo considerar que seria um contributo para os grupos municipais, principalmente para os mais pequenos, só com um ou dois elementos, e, consequentemente, para o melhor funcionamento da Assembleia Municipal. -----

Realçou que o CDS-PP também propôs que nas sessões haja, de 2 em 2 horas, um pequeno intervalo de 10 ou 15 minutos, fazendo sobressair que existem forças partidárias que só têm um elemento e que esses quase não se podem ausentar da sala, quando, nas forças partidárias com mais do que um elemento, é possível que se intercalem nessas pequenas ausências. -----

Disse também querer chamar a atenção para um aspeto relacionado com o prazo para apresentação das recomendações, propostas, pareceres e moções, salientando que serem apresentadas com 16 horas de antecedência vai tornar quase impossível, muitas vezes, poder acompanhá-las, fazendo sobressair que os membros da Assembleia não são profissionais da



política e que era importante que fosse feita uma reflexão sobre essa medida. -----
Concluindo a sua intervenção disse, no âmbito dessa questão, que o CDS-PP teve o cuidado, ao saber que esta sessão se realizava a uma segunda-feira e que se ia meter o fim de semana pelo meio, de enviar as suas propostas até quinta-feira passada porque sabia que se o fizesse, por exemplo, na sexta-feira à noite, tais documentos só chegariam às outras forças políticas na segunda-feira, portanto, com poucas horas de antecedência sobre o início desta sessão. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Bloco de Esquerda tem vindo a defender várias alterações ao funcionamento da Assembleia Municipal, assumindo como principal objetivo uma maior participação dos cidadãos nas suas sessões, ou seja, uma participação efetiva que possa fazer a diferença e que contribua para as discussões. -----

Não é novidade que o Bloco de Esquerda defende que o período de intervenção do público deve situar-se no início das sessões da Assembleia Municipal. Voltamos a defendê-lo! Porque queremos que os munícipes tenham na Assembleia Municipal um órgão que os respeita, que os ouve e que debate os seus problemas reais. -----

Consideramos que o facto de o atual Regimento remeter a intervenção do público para o final das sessões não dignifica os cidadãos que assistem às mesmas e que pretendem intervir trazendo assuntos para a discussão que resultam, muitas das vezes, de problemas e preocupações muito concretos. -----

São vários os municípios que permitem que a intervenção dos cidadãos nas Assembleias Municipais aconteça no início das sessões. Voltamos a afirmar, consideramos que seria fundamental para a aproximação e participação dos cidadãos na Assembleia Municipal. -----

Outra das propostas que o Bloco de Esquerda apresentou e que consideramos ser fundamental para aproximar a Assembleia Municipal dos cidadãos consiste na transmissão em direto e gravação das sessões. Tanto a transmissão como a gravação das sessões, para posterior consulta, ficaria disponível numa página web, autónoma, assim como toda a documentação relativa ao funcionamento da Assembleia Municipal, nomeadamente as convocatórias, moções, recomendações, votos e outros diplomas apresentados por todos os grupos municipais, assim como todos os documentos levados a discussão. -----



As reuniões da Assembleia Municipal são públicas e o que aqui se discute e delibera tem impactos reais e significativos na vida dos feirenses. Por isso, devem estar disponíveis para consulta. Para que toda a gente saiba quem defende o quê, que propostas são trazidas pelos partidos e quais são, na realidade, as posições dos partidos em diversos assuntos. -----

O Bloco de Esquerda propõe também a redução do número mínimo de peticionários para 150, com o objetivo de facilitar o direito de petição. Reconhecemos que na última revisão do Regimento o número mínimo foi reduzido de 500 para 250, mas seria benéfico reduzir esse número para 150. Isto aproxima os cidadãos da Assembleia Municipal, ao mesmo tempo que aproxima a Assembleia Municipal das reais preocupações e necessidades dos cidadãos. -----

Outras das propostas é a descentralização do local das sessões da Assembleia Municipal, passando estas a acontecer, sempre que possível, nas várias freguesias que compõe o concelho de Santa Maria da Feira. -----

Outros partidos acompanharam as propostas do Bloco de Esquerda, nomeadamente a alteração do período de intervenção do público para o início das sessões e a transmissão e gravação das mesmas, mas o PSD continua inflexível. Não quer permitir que os munícipes tenham um maior papel na intervenção política no concelho; não quer aproximar os cidadãos da política e não quer que as pessoas saibam o que se passa nas Assembleias Municipais, por isso continuam a recusar, terminantemente, a transmissão e gravação das sessões. -----

Este momento de discussão e votação de alterações ao Regimento em vigor é uma oportunidade para a efetiva aproximação e participação dos cidadãos à atividade da Assembleia Municipal. O PSD não quer aproveitar este momento e prefere desincentivar a participação dos munícipes e esconder as discussões dentro de 4 paredes. É caso para perguntar: Por que razão não querem que os munícipes tenham mais intervenção? Porque não querem que as pessoas possam assistir às Assembleias em sua casa? Porque não querem que mais pessoas possam saber o que se debate e como se vota? -----

Se realmente têm medo de mostrar às pessoas o que realmente dizem e votam nestas Assembleias, então continuarão a impedir os passos necessários no sentido da democratização e abertura da política local em Santa Maria da Feira. -----

Se não pretendem esconder o debate, nem limitar a participação dos cidadãos, votarão a favor as propostas do Bloco." -----



Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que é importante, na democracia do Século XXI, conjugar a democracia representativa, ainda mais com a crise que atravessa, com a participativa, pelo que é fundamental fazer com que as pessoas participem na política e intervenham onde se faz política. Referiu que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira não pode ser exceção, que é preciso incentivar os feirenses a participarem na política, a virem à Assembleia colocar os seus problemas para que, desse modo, se sintam parte do todo. -----

Realçou que o PS apresentou várias propostas de alteração ao regimento e que grande parte delas são comungadas por todos os partidos da oposição representados nesta Assembleia, e que isso lhe faz lembrar a história do soldado que vai a marchar de forma desalinhada mas que a mãe e o pai dizem que ele é que vai certo e que todos os outros soldados vão errados. Referiu que as propostas dos partidos da oposição são conducentes a incentivar a participação dos cidadãos, a dar-lhes o direito de participar nesta Assembleia com dignidade, colocando-os a falar e a expor os problemas que têm logo no início das sessões. -----

Salientou que a proposta do PS pretende ir ainda mais longe, desde logo por obrigar a Câmara Municipal a dar resposta ao munícipe, recordando que há uns meses foi realizada uma sessão da Assembleia em que veio um munícipe de Vila Maior colocar uma questão à Câmara relacionada com a falta de autocarro para levar os filhos à escola, à qual o Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que não tinha nada a responder sobre o assunto. Referiu que o PS não aceita isso, que não se admite uma resposta dessas a uma questão levantada por um munícipe, pelo que entende que, no regimento, tem que constar que é obrigatório responder aos munícipes, comentando que é quando a coisa dói que é preciso enfrentar as pessoas e resolver os problemas. -----

Realçou que, por isso, as propostas apresentadas pelo PS foram no sentido de dignificar a Assembleia Municipal e a participação dos cidadãos neste Órgão, e que passava a apresentar, resumidamente, quais foram essas propostas. -----

Disse que uma das propostas é para dignificar a Assembleia Municipal, concretamente para que a Mesa da Assembleia possa apresentar propostas para o Orçamento Municipal, relacionadas com as despesas que tem. Fez notar que a Assembleia Municipal não é subserviente da Câmara, que é um órgão próprio, com competências próprias e que inclusivamente aprova o Orçamento Municipal, pelo que a Assembleia Municipal também



tem direito a ter as suas propostas incluídas no Orçamento Municipal.-----

Informou que outra das propostas é para que, anualmente, pelo menos uma das sessões se realize numa das freguesias do Concelho, alternadamente, tratando todas por igual. Sobre essa proposta referiu que se, de 4 em 4 anos, os candidatos aos órgãos autárquicos sabem ir a todas as freguesias em busca de votos, porque não também ir, durante o mandato, realizar reuniões nessas freguesias, dando os eleitos a cara e assumindo as responsabilidades que têm.-----

Deu nota que o PS propõe ainda o limite máximo de 4 horas da duração das sessões, e não como um limite indicativo, ressaltando que tal proposta é para beneficiar a qualidade da discussão e das decisões. Disse que todos os assuntos, do primeiro ao último, precisam ser debatidos com a mesma qualidade, com o mesmo tempo, com a mesma serenidade e seriedade, para se decidir em consciência, e não discutir os últimos pontos apressadamente porque as pessoas querem ir dormir, comentando que alguns pontos até são estrategicamente deixados para o fim para nem haver discussão sobre os mesmos.-----

Disse que outra proposta, que já abordou, é que entende fundamental que o público fale em primeiro lugar, no início das sessões, reafirmando que a participação dos feirenses é essencial para o funcionamento da Assembleia Municipal, que é a casa da democracia dos residentes em Santa Maria da Feira. Referiu que, nas reuniões da Câmara, o público fala em primeiro lugar, questionando qual a razão para não poder ser assim na Assembleia Municipal. Sublinhou não ver razão para não se aceitar esse procedimento, para além da questão da obrigatoriedade, que também já falou, de dar resposta a todos os munícipes que se inscrevam para colocar as suas questões.-----

Indicou que outra proposta do PS, também apresentada por outros partidos da oposição, tem a ver com a redução do número de peticionários para que um assunto seja discutido na Assembleia Municipal. Saliou que o número estipulado era exagerado, que entretanto baixou mas que, no entender do PS, deve continuar a baixar, para a Assembleia Municipal conseguir ouvir as pessoas.-----

Disse também ser proposta do PS que a Assembleia Municipal tenha um sítio próprio na internet, não tendo de estar alojada no sítio da Câmara. Sublinhou que o PSD acompanhou essa proposta, e bem, para que a Assembleia Municipal tenha o seu próprio sítio na internet, onde disponibilize toda a informação que lhe diz respeito.-----

Realçou, contudo, que o PSD já não acompanhou a proposta feita por toda a oposição no

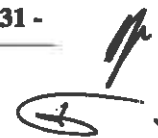


sentido de que as sessões sejam gravadas e transmitidas em direto. Salientou que nem todos os feirenses podem viver e trabalhar em Santa Maria da Feira todo o ano, questionando o porquê de não possibilitar a essas pessoas, bem como a qualquer outra, que, a partir de sua casa, possa acompanhar as sessões e ouvir o que é dito nas mesmas. Frisou que o PS não tem nada a esconder pelo que, da sua parte, as pessoas podem ver e ouvir o que dizem os membros do PS para, depois, fazerem a sua avaliação, mas que existe alguém que não quer isso. -----
Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino reforçou que conjugar a democracia representativa com a participativa é fundamental para melhorar a democracia em Santa Maria da Feira, e que a proposta do PS tem isso em mente por, desde logo, propor que os feirenses falem em primeiro lugar, portanto, no início das sessões. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse pretender dar um esclarecimento relacionado com o orçamento da Assembleia Municipal, dando nota que, desde há 4 anos, é obrigatório por lei que seja a Mesa da Assembleia Municipal a enviar à Câmara Municipal o seu próprio orçamento, discriminado por rúbricas. Disse que tal acontece há 4 anos, ou seja, que é a Mesa da Assembleia a enviar, no caso, ao Pelouro da Administração e Finanças o orçamento da Assembleia Municipal. Dado esse esclarecimento, passou a palavra ao membro José Leão. ----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que o grupo municipal do PSD apresentou uma proposta global para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos, no que respeita à aprovação do regimento, comentando ser muito melhor ser eficaz do que parecer que se quer ser eficaz. Disse que o PSD não quer fazer autoelogios pelo que foi bom o reconhecimento feito pelo membro Filipe Moreira, da CDU, de que houve melhorias no respeitante ao regimento e ao funcionamento desta Assembleia, no seguimento das alterações feitas ao regimento há 4 anos, frisando que tal reconhecimento é um sinal de honestidade intelectual.-----

Salientou que as propostas apresentadas pelo PSD não foram feitas para ir ao encontro da vontade dos partidos da oposição, comentando, a propósito do proferido pelo membro Sérgio Cirino sobre o soldado desalinhado no meio do pelotão, que são muitos mais os soldados que estão ao som do tambor do PSD do que aqueles que o Sérgio Cirino estava a invocar. Referiu que, portanto, talvez fosse o próprio PS a estar desalinhado, recordando que o povo de Santa



Maria da Feira escolheu, há bem pouco tempo, os soldados que o ia representar bem como o comandante do pelotão, quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal. Disse ser bom que o membro Sérgio Cirino se lembre que os eleitos nesta Assembleia Municipal estão em representação dos seus munícipes, tendo em conta o número de pessoas que votaram neles. Fez sobressair que o PSD não está a desrespeitar os seus munícipes, antes pelo contrário, que está a respeitá-los porque as ideias que tem defendido não são de hoje, já são de há 4 e de há 8 anos, e que o povo disse sim a tais propostas, pelo que a oposição não deve querer, porque pensa de forma diferente, dizer que está correta e que o PSD é que está errado. Saliou que, portanto, o PSD foi ao encontro das propostas que fez, por ter concordado que a Assembleia Municipal deve ter uma página Web própria para divulgar a informação que lhe diz respeito, bem como prever que os órgãos de comunicação social credenciados possam recolher som e as imagens que entenderem, para publicitarem da forma como muito bem entenderem. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Leão disse que o grupo municipal do PSD abre as portas da Assembleia Municipal a toda a comunicação social credenciada, pelo que pode vir a RTP, o Porto Canal ou qualquer outro filmar o que quiser e divulgar como quiser, sublinhando que os membros do grupo municipal do PSD têm muita honra da forma como representam o povo de Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favos (PSD), 14 votos contra (PS:10, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1) e 3 abstenções (IND.:1, PS:2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva), aprovar a proposta global de revisão ao Regimento apresentada pelo grupo municipal do PSD, com a correção referenciada – ficando, por conseguinte, prejudicadas as demais propostas apresentadas – aprovando, conseqüentemente, a versão final do Regimento da Assembleia Municipal para o quadriénio 2017/2021, cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Só para dizer que o Bloco de Esquerda votou contra a proposta global que o grupo municipal do PSD trouxe aqui por uma razão muito simples, porque a proposta do PSD tinha apenas



como objetivo bloquear e não permitir a aprovação das outras propostas que aqui foram trazidas. E, portanto, desse ponto de vista, é claramente insuficiente em relação a todas as outras propostas que aqui foram trazidas e discutidas politicamente. -----

Ao aprovar a proposta do PSD, portanto, ao não ser aprovada, por exemplo, a proposta do Bloco de Esquerda, impediu-se que se facilitasse o acesso à Assembleia Municipal através do direito de petição, por exemplo; impediu-se que o público falasse no início das sessões e tivesse maior relevância, maior preponderância nos trabalhos destas sessões; e impediu-se também, como já se disse, a transmissão em direto para que toda a gente pudesse saber, a qualquer momento, aquilo que se discute aqui. -----

E, portanto, por isso é que votamos contra a proposta do PSD, porque comparativamente com todas as outras propostas, todas, sem exceção, e particularmente a do Bloco de Esquerda, é bastante mais limitada e claramente insuficiente para aquilo que deve ser um órgão democrático como é a Assembleia Municipal.” -----

Saiu o membro José Leão. -----

5 – Constituição do direito de superfície a favor da Freguesia de Rio Meão -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Acompanham a deliberação em referência duas plantas onde se identifica os terrenos em questão – que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que disse ter uma dúvida que decorre do não conhecimento processual destas situações, referindo que um dos terrenos indicados numa das



plantas aparece como tendo um proprietário privado, solicitando ser esclarecido quanto a esse aspeto, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a Câmara Municipal não poderia constituir o direito de superfície caso o terreno não fosse propriedade do Município, por razões óbvias.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:32, PS:12, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar a constituição do direito de superfície a favor da Freguesia de Rio Meão, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

Reentraram os membros José Leão e Armando Teixeira.-----

6 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação 2018-2021-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 12 de fevereiro de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 39 votos a favor, 11 votos em branco e 1 voto nulo, nomear o Conselho Municipal de Educação, constituído pelos membros propostos pela Câmara, a seguir identificados:-----

- Emídio Sousa – Presidente da Câmara Municipal;-----
- Amadeu Albergaria – Presidente da Assembleia Municipal;-----
- Cristina Tenreiro – Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude;-----
- José Mesquita – Representante do Ministério da Educação e Ciência;-----
- Nuno Albergaria – Representante das Juntas de Freguesia do Concelho;-----
- Teresa Leão – Representante das Instituições de Ensino Superior Privado;-----
- Anabela Brito – Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público;-----
- Isolina Jorge – Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;-----
- Maria João Silva – Representante do Pessoal da Educação Pré-Escolar Pública;-----
- Alberto Malta – Representante dos Estabelecimentos de Educação e de Ensino Básico e



- Secundário Privados; -----
- Luís Barbosa – Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação; -----
 - Paulo Matos – Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação; -----
 - Ana Rita Ribeiro – Representante das Associações de Estudantes; -----
 - Inês Pinho – Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social; -----
 - Ana Paula Casais – Representante dos Serviços Públicos de Saúde; -----
 - Célia Soares – Representante dos Serviços da Segurança Social; -----
 - Teresa Correia – Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional; -----
 - Catarina Durão – Representante dos Serviços Públicos da Área da Juventude e Desporto; -----
 - Romeu Carvalho Martins – Representante das Forças de Segurança; -----
 - Hermínio Marques Simões – Representante das Forças de Segurança – Representante do Conselho Municipal da Juventude; -----
 - Guiomar Silva – Diretora do Agrupamento de Escolas Arrifana; -----
 - Fernando Sérgio – Diretor do Agrupamento de Escolas Argoncilhe; -----
 - Mónica Almeida – Diretora do Agrupamento de Escolas António Alves Amorim; -----
 - Carlos Tiago – Diretor do Agrupamento de Escolas de Canedo; -----
 - António Pedro Lima – Diretor do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro; -----
 - Regina Gonçalves – Diretora do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa; -----
 - Manuel Couto – Diretor do Agrupamento de Escolas Corga de Lobão; -----
 - Lucinda Ferreira – Diretora do Agrupamento de Escolas Santa Maria da Feira; -----
 - Lúcia Silva – Diretora do Agrupamento de Escolas de Paços de Brandão. -----

Saiu o membro José Baptista Martins. -----

7 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta -----

- Designação de “até cinco representantes das freguesias do concelho” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a mensagem de correio eletrónico enviada pelo Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, de 22 de janeiro de 2018 – documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----



Informou que deu entrada na Mesa uma única proposta, apresentada pelo grupo municipal do PSD, propondo os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia para fazerem parte da Comissão em epígrafe: -----

- União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior: Paulo Fernando Marques de Oliveira, --
- União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande: José Henriques dos Santos, -----
- Romariz: Anacleto de Sousa Costa, -----
- União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros: José Carlos Baptista Martins, -----
- São João de Ver: Nuno João Marques Soares Albergaria. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 34 votos a favor, 15 votos em branco e 1 voto nulo, aprovar a proposta em referência. -----

Reentrou o membro José Baptista Martins. -----

8 – Relatório de Atividades de 2017 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela *Sr.ª* Presidente da Comissão em referência, com o n.º 61/2018, de 09/02/2018 – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2.159, em 15 de fevereiro de 2018 –, enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito, fazendo notar que se trata de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

De seguida, e verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, e dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado este Período da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento do relatório em epígrafe. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou existir a



inscrição de dois cidadãos para intervir, que seguidamente se identificam:-----

1 – Francisco Soares Ferreira-----

Morada: Trav. do Pavilhão, n.º 298, Mozelos -----

Assunto: Concessão de benefícios fiscais às empresas do Concelho. -----

2 – Diogo Fontes Lopes da Silva -----

Morada: Rua António Aleixo, n.º 100, Beire, São João de Ver -----

Assunto: Pedir 2 esclarecimentos à Câmara sobre: -----

a) Se existe algum projeto ou plano de requalificação, para os terrenos públicos não urbanizáveis e destinados a área verde da Urbanização das Caniças (entre as Ruas de São Bento e Rua das Caniças), junto ao Centro Básico Escolar de São João de Ver, pois neste momento está votado ao abandono, assim como o ringue desportivo que aí se situa; -----

b) Se o programa de reabilitação dos imóveis da habitação social com mais de 15 anos, inscrito e aprovado no orçamento de 2018, irá também contemplar a reabilitação do bairro social das Caniças em São João de Ver. -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou aos cidadãos inscritos que, nos termos regimentais, não poderiam exceder o tempo de cinco minutos de intervenção, numa intervenção única. De seguida, passou a palavra ao cidadão Francisco Ferreira. -----

Usou da palavra o cidadão *Francisco Ferreira* que começou por pedir desculpa aos membros da Assembleia, principalmente ao membro Sérgio Cirino, pela forma agressiva com que se dirigiu a eles na sessão realizada no dia 22 do passado mês de dezembro.-----

Lamentou que, na aprovação do regimento que foi discutido nesta sessão, não se tivesse permitido, devido à posição contra do PSD, que a população pudesse vir a esta Assembleia Municipal exprimir, no início das sessões, as suas opiniões, ressaltando que o povo não vive da política e que estar 6 horas à espera para poder falar é doloroso. -----

De seguida disse ter lido na internet que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, entre outras, estava a pagar as dívidas do Porto Canal, perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se isso é verdade. -----

Referiu que outra questão que queria colocar prende-se com os benefícios fiscais dados pela Câmara Municipal às empresas que contratem um certo número de trabalhadores, perguntando se um patrão que despeça 40 ou 50 trabalhadores a contrato para, depois,



contratar outros 40 ou 50, trocando apenas de trabalhadores, continua a ter direito a tais benefícios.-----

Disse que a última questão prende-se com o estado das estradas, ressaltando que dava o exemplo de uma estrada por onde circula com frequência, designadamente a que liga Mozelos a Santa Maria de Lamas, que passa pela empresa ChampCork, dando nota que a mesma tem várias covas e que as tampas de saneamento, em ferro, também apresentam perigo. Disse que se alguém tiver o azar de se despistar ali pode ficar sem carro, realçando que, no seu entender, é preferível prevenir do que, depois, remediar.-----

Interveio o cidadão *Diogo Silva* que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:----

“Venho na qualidade de cidadão, morador e membro da Assembleia de Freguesia de São João de Ver, pedir os seguintes esclarecimentos ao Executivo Municipal:-----

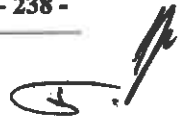
1) Se o Executivo tem conhecimento ou já delineou algum projeto de requalificação para área verde ou de lazer, da urbanização das Caniças, que se situa entre as ruas de São Bento e a Rua das Caniças, junto ao Centro Escolar de Ensino Básico, em São João de Ver.-----

Lembro que estes terrenos não são urbanizáveis e situam-se no interior da dita urbanização, estando destinados a zona verde para os moradores, tal como consta do Plano Diretor Municipal e são propriedade do Município, logo de todos nós. Aliás, ainda são visíveis no local as entradas com passeios, guias e iluminação vertical para este espaço, que atualmente se encontra ao abandono, assim como o ringue desportivo que aí se construiu.-----

Nesse sentido, um grupo de moradores associado a uma força política local, apresentou à população um projeto para a construção de um Parque da Lazer neste local, onde angariou com facilidade cerca de 160 assinaturas de moradores de São João de Ver.-----

Venho em nome desta população, apelar a esta digníssima Assembleia Municipal e ao Executivo Municipal, da necessidade e urgência em concluir esta obra que ficou parada há mais de 15 anos, para bem da população e pela oportunidade que se está a perder, pois são terrenos públicos destinados para esse efeito.-----

Para terminar, queria informar esta Assembleia que, por proposta do CDS na Assembleia de Freguesia de São João de Ver no passado dia 21 de dezembro, foi aprovado no orçamento uma pequena verba para a requalificação do ringue, mas insuficiente para a construção de um digno parque de lazer.-----



2) Gostaria que o Executivo Municipal pudesse esclarecer se o programa de reabilitação dos imóveis da habitação social com mais de 15 anos, que está inscrito e aprovado no Plano e Orçamento para 2018, irá também contemplar a reabilitação do único bairro social em São João de Ver, também situado na Rua das Caniças, inaugurado em 2001. Queria alertar a toda esta Assembleia e em particular ao Executivo Municipal, da enorme urgência da reabilitação desta e certamente das outras habitações sociais, onde neste preciso caso não existe ainda saneamento básico, existindo enorme fossa adjacente às traseiras do bairro, com 2 respiros superficiais, onde o cheiro é nauseabundo.-----

Escusado será dizer, que esta é uma população extremamente vulnerável que aqui vive e que merece com urgência melhores condições de dignidade para viver. Mas também sou da opinião que o respeito, a responsabilidade e o zelo deste espaço social deve também partir em primeira instância pelos seus moradores.-----

Para terminar, quero alertar a Câmara Municipal que, sendo proprietária dos terrenos em redor da habitação social, deve com urgência, até ao dia 15 de março, fazer a limpeza do mato e corte das árvores numa faixa de 50 metros em redor do bairro social, que ainda não foi feito.”- Concluindo a sua intervenção, o cidadão Diogo Silva deixou à Mesa dois exemplares do abaixo-assinado a que fez referência, um para o Sr. Presidente da Assembleia e outro para o Sr. Presidente da Câmara, bem como efetuou a entrega de um exemplar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver.-----

Interveio o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Francisco Ferreira salientou, no respeitante à questão sobre se a Câmara está a pagar a dívida do Porto Canal, que desconhece qual a dívida que tem o Porto Canal. Disse julgar que aquele cidadão se estava a referir a uma notícia que menciona que a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria tem um contrato com o Porto Canal para a promoção do território, em que cada um dos 6 municípios que compõem a Associação têm direito a determinado tempo de passagem de eventos da terra e de promoção turística do território.-----

Em relação à questão sobre os benefícios fiscais às empresas informou que foram aprovadas as regras para a atribuição desses benefícios e que as empresas que se enquadrem nas mesmas terão, naturalmente, direito a eles.-----



Quanto à questão das tampas de saneamento disse que tal assunto será analisado juntamente com o Sr. Presidente da respetiva Junta de Freguesia.-----

Aludindo às questões colocadas pelo cidadão Diogo Silva referiu, quanto ao abaixo-assinado para se fazer a requalificação da urbanização das Caniças, em São João de Ver, que são assuntos que a Câmara normalmente analisa com os presidentes das juntas de freguesia. Salientou que, como foi deixado um exemplar do abaixo-assinado para lhe ser entregue, então que, quando o rececionasse, iria ver o que diz.-----

Em relação à pergunta sobre se o bairro social em S. João de Ver iria ser contemplado no programa de reabilitação dos imóveis da habitação social disse que, na altura em que foram feitas as candidaturas, em 2014 e 2015, esse bairro social ainda não tinha 15 anos pelo que não foi possível enquadrá-lo nas mesmas.-----

Explicou que as candidaturas que foram abertas foram muito dirigidas para as Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa porque têm habitação social muito degradada, e que só eram aceites os imóveis com mais de 30 anos e aqueles com mais de 15 anos desde que se provasse que estavam no nível II de degradação, frisando que foi isso que o Município fez, ou seja, candidatou os bairros sociais do Concelho que cumpriam tais requisitos.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão.-----

Nada mais havendo a tratar, às 23 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,